

A REINTERPRETAÇÃO DOS MODELOS URBANOS PORTUGUESES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE BRASILEIRA:

Centro Histórico de Ouro Preto – MG

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

SILVA, Gabriela Beghelli Bacci da

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal de Uberlândia
gabrielabacci20@gmail.com

SOARES, Beatriz Ribeiro

Doutora em Geografia; Universidade Federal de Uberlândia
brsoares@ufu.br

RESUMO

Este artigo analisa comparativamente a morfologia urbana e o traçado vernacular dos centros históricos de Ouro Preto (MG) e Guimarães (Portugal), com o objetivo de compreender a permanência e a reinterpretação de modelos urbanos portugueses na formação da cidade colonial brasileira. Parte-se da hipótese de que a forma urbana ouro-pretana não constitui mera transposição de padrões metropolitanos, mas uma reinterpretação pragmática do repertório urbanístico luso, ajustada às condições geográficas e socioeconômicas da mineração setecentista. Fundamentado no campo da morfologia urbana, o estudo realiza uma análise comparativa baseada na leitura cartográfica e na identificação de elementos estruturadores da forma urbana. São examinados aspectos como traçado viário, parcelamento, relação entre edificação e rua, hierarquia espacial e implantação em sítio acidentado. A comparação evidencia convergências estruturais entre os dois conjuntos urbanos, particularmente na adaptação do traçado às condições topográficas, na organização hierárquica dos espaços e na centralidade dos conjuntos religiosos. Argumenta-se que essas características configuram uma paisagem urbana que articula tradição construtiva portuguesa e condicionantes locais. Nesse sentido, Ouro Preto é interpretada como expressão coerente de uma matriz vernacular lusitana reinterpretada no contexto colonial, cuja permanência no tecido contemporâneo evidencia a influência duradoura desse modelo na formação da urbanização brasileira.

Palavras-chave: morfologia urbana; traçado colonial; urbanismo português; Ouro Preto; urbanismo vernacular.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article comparatively analyzes the urban morphology and vernacular layout of the historic centers of Ouro Preto (MG, Brazil) and Guimarães (Portugal), aiming to understand the persistence and reinterpretation of Portuguese urban models in the formation of the Brazilian colonial city. The study is based on the hypothesis that the urban form of Ouro Preto does not represent a mere transposition of metropolitan patterns, but rather a pragmatic reinterpretation of the Portuguese urban repertoire, adapted to the geographical and socio-economic conditions of eighteenth-century mining. Grounded in the field of urban morphology, the research develops a comparative analysis based on cartographic reading and on the identification of structuring elements of urban form. Elements such as street layout, plot subdivision, the relationship between buildings and streets, spatial hierarchy, and the implantation on steep terrain are examined. The comparison reveals structural convergences between the two urban fabrics, particularly in the adaptation of the layout to topographic conditions, in the hierarchical organization of spaces, and in the centrality of religious complexes. It is argued that these characteristics configure an urban landscape that articulates Portuguese constructive traditions with local conditions. In this sense, Ouro Preto is interpreted as a coherent expression of a Lusitanian vernacular matrix reinterpreted in the colonial context, whose persistence in the contemporary urban fabric demonstrates the enduring influence of this model in the formation of Brazilian urbanization.

Keywords: urban morphology; colonial layout; Portuguese urbanism; Ouro Preto; vernacular urbanism.

RESUMEN

Este artículo analiza comparativamente la morfología urbana y el trazado vernáculo de los centros históricos de Ouro Preto (MG, Brasil) y Guimarães (Portugal), con el objetivo de comprender la permanencia y la reinterpretación de los modelos urbanos portugueses en la formación de la ciudad colonial brasileña. Se parte de la hipótesis de que la forma urbana de Ouro Preto no constituye una mera transposición de patrones metropolitanos, sino una reinterpretación pragmática del repertorio urbanístico luso, adaptada a las condiciones geográficas y socioeconómicas de la minería del siglo XVIII. Fundamentado en el campo de la morfología urbana, el estudio desarrolla un análisis comparativo basado en la lectura cartográfica y en la identificación de elementos estructuradores de la forma urbana. Se examinan aspectos como el trazado viario, el parcelamiento, la relación entre edificación y calle, la jerarquía espacial y la implantación en un sitio accidentado. La comparación evidencia convergencias estructurales entre los dos conjuntos urbanos, particularmente en la adaptación del trazado a las condiciones topográficas, en la organización jerárquica de los espacios y en la centralidad de los conjuntos religiosos. Se argumenta que estas características configuran un paisaje urbano que articula la tradición constructiva portuguesa con los condicionantes locales. En este sentido, Ouro Preto se interpreta como una expresión coherente de una matriz vernácula lusitana reinterpretada en el contexto colonial, cuya permanencia en el tejido urbano contemporáneo evidencia la influencia duradera de este modelo en la formación de la urbanización brasileña.

Palabras clave: morfología urbana; trazado colonial; urbanismo portugués; Ouro Preto; urbanismo vernáculo.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

A história do urbanismo, quando examinada a partir da morfologia urbana, desloca o foco da narrativa exclusivamente normativa — centrada em planos e legislações — para a compreensão da cidade enquanto forma construída historicamente. A morfologia urbana, conforme sistematizada por Stael Costa (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015), constitui um campo disciplinar que investiga a configuração material da cidade como resultado de processos temporais acumulativos, nos quais o sítio, o traçado, o parcelamento e a tipologia edificatória articulam-se como componentes estruturais.

Essa perspectiva permite compreender a cidade não como um desenho abstrato, mas como organismo configurado por permanências e transformações. A forma urbana é, portanto, um documento histórico.

No âmbito do urbanismo português, Manuel C. Teixeira (TEIXEIRA, 1999) demonstra que a chamada “cidade de origem portuguesa” não se estrutura a partir de esquemas geométricos rígidos — como no modelo hispânico — mas a partir de lógica incremental, empírica e adaptativa. A cidade portuguesa forma-se por sedimentação, não por imposição.

A partir desses referenciais, o centro histórico de Ouro Preto pode ser interpretado como materialização da matriz morfológica portuguesa em território colonial, reinterpretada sob condicionantes geográficos e econômicos específicos.

O presente estudo propõe uma leitura comparativa entre o centro histórico de Ouro Preto, consolidado no século XVIII no contexto da mineração aurífera, e o centro histórico de Guimarães, cuja formação medieval apresenta características paradigmáticas do urbanismo vernacular português. A escolha de Guimarães justifica-se por sua morfologia orgânica, adaptação ao relevo e permanência do traçado histórico, oferecendo parâmetro consistente para análise comparativa.

A morfologia urbana das cidades brasileiras encontra, nas cidades coloniais, um campo privilegiado para a compreensão dos processos de produção do espaço. Entre elas, Ouro Preto destaca-se como expressão paradigmática da urbanização luso-brasileira no contexto da mineração setecentista. Fundada sob o nome de Vila Rica, consolidou-se como centro administrativo e econômico da capitania das Minas Gerais, estruturando-se a partir das lógicas de exploração aurífera e da organização sociopolítica colonial. A antiga Vila Rica tem uma configuração espacial que revela uma reinterpretação do urbanismo vernacular português, caracterizado por flexibilidade, adaptação ao sítio e ausência de rígidos esquemas geométricos.

O presente artigo parte da hipótese de que os modelos urbanos portugueses, longe de serem simplesmente transplantados para a América, foram reinterpretados e adaptados às condições

PENSAR FORA DO EIXO

locais, gerando uma morfologia urbana singular. Essa singularidade, contudo, não rompe com a matriz lusitana; antes, a reinventa em diálogo com o território, com as técnicas construtivas disponíveis e com as relações sociais estabelecidas no contexto escravista.

Diferentemente do traçado ortogonal associado à tradição hispano-americana, a matriz portuguesa privilegiou soluções empíricas moldadas pela topografia, pelos caminhos pré-existent e pelas condições econômicas locais. Assim, compreender o centro histórico de Ouro Preto implica reconhecer a forma urbana como resultado de um saber construtivo transmitido e recriado no contexto colonial.

1 O URBANISMO VERNACULAR PORTUGUÊS: PRINCÍPIOS MORFOLÓGICOS.

A tradição urbanística portuguesa caracteriza-se por certa flexibilidade morfológica. Diferentemente do urbanismo hispânico regulamentado pelas Leyes de Indias¹, a expansão portuguesa operou, em muitos casos, por meio de adaptações pragmáticas ao sítio. Cidades como Lisboa e Porto revelam traçados orgânicos, moldados pela topografia e pela ocupação progressiva, como mostra a Figura 01.

Figura 1. Vista de Lisboa, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2015.

No contexto colonial, essa tradição resultou em diferentes formas urbanas. Nas áreas litorâneas brasileiras, observa-se a presença de núcleos administrativos articulados a portos estratégicos, observado na Figura 02. Já nas regiões mineradoras, como em Minas Gerais, o assentamento urbano emergiu a partir de arraiais espontâneos, posteriormente institucionalizados pela Coroa.

¹ As Leyes de Indias (consolidadas em 1680) estabeleceram normas rigorosas de urbanismo para as colônias espanholas na América, focadas em um layout padronizado, ortogonal (em xadrez) e focado na funcionalidade. A praça central (Plaza Mayor) era o núcleo, rodeada por edifícios religiosos, administrativos e comerciais, garantindo ordem espacial e controle.

Figura 2. Vista aérea do centro histórico de Salvador, Bahia.



Fonte: Dreamstime, 2015.

Em Vila Rica, a implantação urbana ocorreu em terreno acidentado, marcado por morros e vales. O traçado sinuoso das ruas, a implantação escalonada das edificações e a localização estratégica das igrejas no alto das colinas expressam a adaptação do modelo português às condições topográficas locais. A centralidade religiosa, característica do urbanismo luso, é reforçada pela monumentalidade das igrejas barrocas, que estruturam visual e simbolicamente o espaço urbano.

A tradição urbana portuguesa, consolidada ao longo da Idade Média e do início da modernidade, estruturou-se a partir de alguns princípios fundamentais:

1.1 Adaptação ao relevo

A adaptação ao relevo é um dos traços mais marcantes do urbanismo português, refletindo uma tradição de implantação urbana profundamente condicionada pela topografia. Ao contrário de modelos que privilegiam a regularidade geométrica independentemente do terreno, como o traçado ortogonal idealizado em certas experiências renascentistas, muitas cidades portuguesas revelam uma relação orgânica entre forma urbana e suporte físico, resultando numa morfologia marcada por ruas sinuosas, desníveis acentuados e soluções construtivas que integram a paisagem natural.

Cidades como Lisboa e Porto, tem sua adaptação ao relevo evidente na estrutura viária que acompanha encostas, colinas e vales. Em Lisboa, implantada sobre sete colinas, o tecido urbano tradicional desenvolveu-se por meio de arruamentos que seguem as curvas de nível, articulando-se com escadinhas, becos e miradouros que vencem as diferenças altimétricas. O bairro de Alfama, Figura 03, exemplifica essa lógica: o traçado irregular, com ruas estreitas e orgânicas, resulta tanto

PENSAR FORA DO EIXO

de um crescimento medieval quanto da necessidade de acomodação às encostas voltadas para o rio Tejo. A morfologia é compacta, com quarteirões de forma irregular e edifícios adaptados aos pendentes, muitas vezes com pisos diferenciados consoante a cota da rua.

Figura 3. Bairro de Alfama em Lisboa, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2019.

No Porto, a relação com o vale do Douro, Figura 04, reforça essa adaptação topográfica. A malha urbana desce em direção ao rio por meio de arruamentos que se encaixam nas encostas, criando uma paisagem urbana escalonada. A cidade histórica, reconhecida pela sua forte identidade morfológica, evidencia como o traçado urbano não impõe uma grelha abstrata, mas antes se molda às condicionantes naturais, gerando uma forma fragmentada, mas coerente na sua relação com o território.

Essa adaptação não implica ausência de planeamento. Mesmo em períodos de maior racionalização, como após o terramoto de 1755 em Lisboa, observa-se um diálogo entre regularidade e relevo. A reconstrução da Baixa Pombalina² introduziu um traçado ortogonal mais regular, mas implantado numa zona relativamente plana junto ao rio, demonstrando que a escolha do modelo urbano considerou as condições topográficas mais favoráveis à aplicação de uma grelha. Fora dessa área, a cidade manteve a sua lógica adaptativa.

² A reconstrução da Baixa Pombalina em Lisboa, após o terramoto de 1755, foi um plano urbanístico pioneiro liderado pelo Marquês de Pombal. Caracterizou-se por ruas retas, amplas e edifícios uniformes com a inovadora "gaiola pombalina", uma estrutura de madeira flexível antissísmica, sob o comando de engenheiros como Manuel da Maia e Carlos Mardel.

Figura 4. Vale do Douro, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2019.

No contexto do urbanismo português, a adaptação ao relevo também influenciou a forma dos espaços públicos. Praças e largos surgem frequentemente como alargamentos ocasionais do traçado viário, ajustados às plataformas naturais ou a aterros criados para estabilizar o terreno. A morfologia resultante caracteriza-se por uma forte integração paisagística, onde a silhueta urbana acompanha as linhas do horizonte e valoriza vistas estratégicas, reforçando a identidade visual da cidade.

Assim, a adaptação ao relevo no urbanismo português manifesta-se numa morfologia urbana orgânica, numa hierarquia viária condicionada pela topografia e numa relação estreita entre construção e território. O traçado urbano não é apenas uma imposição formal, mas uma resposta às características físicas do lugar, produzindo cidades que revelam, na sua forma, a memória do terreno que as sustenta.

1.2 Crescimento incremental

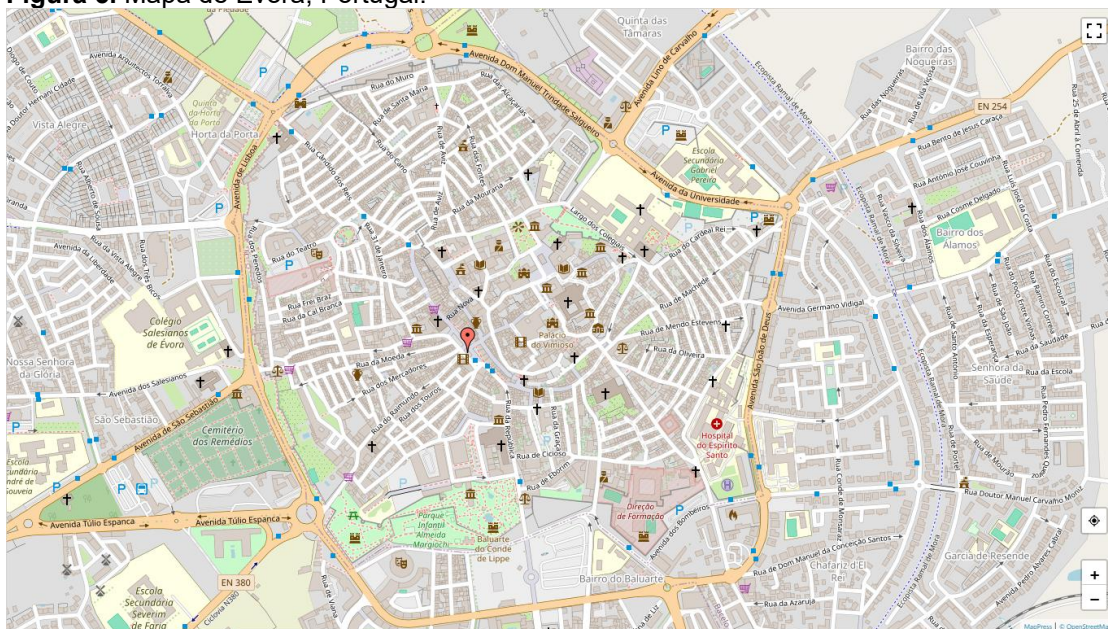
No contexto do urbanismo português, o crescimento incremental refere-se a um processo de expansão urbana progressiva, faseada e adaptativa, em que a cidade se constrói ao longo do tempo por adições sucessivas, ajustando-se às condições topográficas, sociais, económicas e culturais. Diferentemente de modelos de expansão rigidamente planificados, este tipo de crescimento valoriza a continuidade morfológica, a consolidação do tecido existente e a articulação entre o novo e o pré-existente.

Do ponto de vista da morfologia urbana, o crescimento incremental manifesta-se na formação de tecidos compactos, com quarteirões relativamente regulares, mas que revelam pequenas variações

PENSAR FORA DO EIXO

dimensionais e formais decorrentes da adaptação às pré-existências e ao relevo. Em cidades históricas portuguesas, é possível observar como os núcleos medievais se expandiram gradualmente para além das muralhas, originando arruamentos que prolongam e reinterpretam traçados anteriores, sem romper totalmente com a lógica estrutural existente, como mostra a Figura 05. O resultado é uma malha urbana que combina organicidade e racionalidade, onde a hierarquia viária se define de forma progressiva: ruas principais estruturam o crescimento e, a partir delas, surgem vias secundárias e becos que completam o tecido.

Figura 5. Mapa de Évora, Portugal.



Fonte: Portugal Mapa.

No que diz respeito ao traçado urbano, o crescimento incremental português caracteriza-se frequentemente por uma lógica de continuidade e prolongamento. Em vez de grandes rupturas formais, verifica-se a extensão natural das vias existentes, respeitando alinhamentos, cérceas e proporções do edificado. Mesmo em períodos de intervenção planeada, a introdução de uma malha ortogonal moderna articulou-se com a cidade envolvente, tornando-se, ao longo do tempo, base para novos crescimentos também incrementais.

Este modelo favorece a consolidação do espaço público como elemento estruturante. Praças, largos e adros funcionam como pontos de ancoragem do tecido urbano, a partir dos quais se desenvolvem novas frentes edificadas. O lote urbano tende a manter proporções estreitas e profundas, permitindo flexibilidade tipológica e adaptação funcional ao longo do tempo — característica essencial para a resiliência morfológica da cidade portuguesa.

PENSAR FORA DO EIXO

Assim, o crescimento incremental no urbanismo português não é apenas um fenômeno histórico, mas uma lógica morfológica que privilegia a continuidade, a adaptação ao sítio e a construção progressiva da forma urbana. O traçado resultante evidencia camadas temporais sobrepostas, onde cada fase de expansão acrescenta novos elementos sem apagar completamente a estrutura anterior, produzindo cidades densas, complexas e fortemente enraizadas no território.

1.3 Hierarquia orgânica das vias

Do ponto de vista morfológico, a hierarquia organiza-se, de forma geral, em quatro níveis: vias estruturantes (ou arteriais principais), vias distribuidoras, vias locais e arruamentos de acesso. Cada nível corresponde a um papel específico na malha urbana e apresenta características próprias de traçado, secção transversal e articulação com o parcelamento.

As vias estruturantes assumem o papel de espinha dorsal do sistema urbano. O seu traçado tende a ser mais contínuo, com maior linearidade e menor permeabilidade transversal, articulando diferentes partes da cidade ou conectando-a ao território envolvente. Morfologicamente, configuram eixos que suportam frentes edificadas mais densas e frequentemente mistas, podendo consolidar centralidades lineares. A largura do perfil é mais generosa, prevendo separação clara entre faixas de rodagem, passeios amplos e, em muitos casos, corredores dedicados ao transporte coletivo. O seu desenho privilegia a legibilidade urbana, funcionando como elemento estruturador da forma da cidade.

Num segundo nível, as vias distribuidoras asseguram a transição entre os grandes eixos e os bairros. O seu traçado é geralmente mais adaptado à topografia e ao tecido existente, revelando maior sinuosidade ou articulação com quarteirões. Morfologicamente, apresentam uma relação mais equilibrada entre circulação e vivência urbana, com frentes edificadas contínuas e acessos controlados. São fundamentais na definição da malha urbana, organizando o desenho dos quarteirões e estabelecendo ritmos de cheios e vazios que influenciam a percepção espacial.

As vias locais, por sua vez, estruturam a escala do bairro. O seu traçado tende a ser mais orgânico, frequentemente condicionado pela morfologia do terreno ou por lógicas de loteamento. Aqui, a prioridade desloca-se progressivamente do fluxo automóvel para a acessibilidade pedonal e a convivência. A secção transversal é mais reduzida, os alinhamentos edificados são mais próximos do espaço público e o desenho urbano favorece a apropriação social da rua. A malha pode assumir configurações ortogonais, em grelha, ou formas mais irregulares, dependendo da época e do modelo de urbanização, mas mantém sempre uma clara subordinação à estrutura hierárquica superior.

PENSAR FORA DO EIXO

Por fim, os arruamentos de acesso — como impasses ou pequenas bolsas — correspondem ao nível mais fino da hierarquia. Morfologicamente, traduzem-se em espaços de reduzida dimensão e carácter predominantemente residencial, com forte integração entre espaço viário e espaço de estadia. O seu traçado é frequentemente curvo ou fechado, promovendo baixa velocidade e reforçando a identidade local. Estes elementos contribuem para a granularidade do tecido urbano, permitindo uma adaptação mais sensível à topografia e à subdivisão fundiária.

No conjunto, a hierarquia orgânica das vias no urbanismo português não é apenas uma classificação técnica, mas um princípio estruturador da forma urbana. O traçado das vias principais orienta o crescimento e define direcções de expansão; as vias intermédias consolidam a malha e organizam quarteirões; as vias locais qualificam a vivência quotidiana e estabelecem a escala humana do espaço público. A articulação entre estes níveis produz uma cidade legível, onde a morfologia resulta da combinação entre função circulatória, desenho urbano e contexto territorial, refletindo uma tradição de planeamento que procura equilibrar mobilidade, estrutura formal e identidade dos lugares.

1.4 Centralidade simbólica

No urbanismo português, a centralidade simbólica refere-se ao papel estruturador que determinados espaços urbanos assumem enquanto expressão material do poder, da memória coletiva e da identidade cívica. Mais do que um simples ponto funcional de convergência, a centralidade simbólica manifesta-se na própria morfologia e no traçado urbano, organizando a cidade em torno de eixos, praças e edifícios que traduzem hierarquias sociais, políticas e religiosas.

Historicamente, a cidade portuguesa desenvolveu-se a partir de núcleos medievais de traçado orgânico, frequentemente implantados em elevações por razões defensivas. Nesses contextos, a centralidade simbólica concentrava-se no conjunto formado pela igreja matriz ou catedral, pelo pelourinho e pela praça principal. Em cidades como Guimarães ou Évora, a malha irregular converge para largos que funcionam como espaços de representação, onde a topografia e o edificado reforçam a importância simbólica do centro. A Sé, o paço episcopal ou a câmara municipal ocupam posições dominantes, visíveis e estrategicamente articuladas com os principais arruamentos.

Com o Renascimento e, sobretudo, após o terramoto de 1755, a reconstrução de Lisboa introduziu uma nova lógica de centralidade simbólica assente na racionalidade geométrica. A Baixa Pombalina exemplifica a transformação do traçado urbano num instrumento de afirmação política e modernidade. A malha ortogonal, os quarteirões regulares e as praças amplas estruturam um centro

PENSAR FORA DO EIXO

onde o espaço público assume protagonismo formal. A Praça do Comércio, Figura 06, aberta ao rio Tejo, constitui o ápice dessa centralidade: o desenho axial, a simetria das fachadas e o enquadramento monumental criam um cenário de representação do Estado e do poder régio, substituindo o antigo Paço da Ribeira. Aqui, a morfologia urbana traduz uma intenção clara de ordem, controlo e monumentalidade.

Figura 6. Praça do Comércio, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2019.

A centralidade simbólica também se expressa na articulação entre eixos viários e pontos focais. A Avenida, introduzida no século XIX, como a Avenida da Liberdade, Figura 07, funciona como eixo estruturante que liga diferentes centralidades e cria novas frentes de expansão urbana. O traçado linear, arborizado e perspectivado reforça a ideia de progresso e modernidade, deslocando parcialmente o centro simbólico para o norte e redefinindo a hierarquia espacial da cidade.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 7. Avenida Liberdade, Portugal.



Fonte: Mais Geografia.

Em cidades planejadas ou reformuladas no período moderno, a centralidade simbólica é frequentemente construída através de praças cívicas e edifícios institucionais implantados em posições estratégicas. A relação entre cheio e vazio, entre massa edificada e espaço aberto, assume papel determinante. A praça, elemento recorrente no urbanismo português, não é apenas espaço de circulação, mas palco de cerimônias, mercados e manifestações públicas, concentrando significados que ultrapassam a sua função prática, como demonstrado na Figura 08.

Assim, a centralidade simbólica revela-se sobretudo na forma como o traçado urbano organiza a experiência da cidade. Seja na malha orgânica medieval que converge para o adro da igreja, seja na grelha iluminista que culmina numa praça monumental, o desenho urbano torna visível a estrutura de poder e a memória coletiva. A morfologia, longe de ser neutra, é instrumento de representação e afirmação identitária, conferindo ao centro urbano uma dimensão simultaneamente espacial e simbólica.

Figura 8. Praça Tiradentes, Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

2 MORFOGÊNESE URBANA

A compreensão da forma urbana de Ouro Preto exige análise de seu processo morfogenético, isto é, das etapas históricas que deram origem à configuração atual do tecido. Conforme Stael Costa (COSTA; NETTO, 2015), a morfogênese revela as lógicas internas que estruturam a forma e permite identificar permanências e camadas sucessivas.

Ouro Preto não nasce como cidade planejada, mas como agregação de arraiais mineradores surgidos no final do século XVII. Esses núcleos — inicialmente autônomos — consolidaram-se ao longo dos espigões e vales onde se localizavam as lavras auríferas. A morfogênese ouro-pretana, portanto, não parte de um centro único, mas de múltiplos focos de ocupação.

PENSAR FORA DO EIXO

Essa característica aproxima-se da formação medieval portuguesa analisada por Manuel Teixeira (TEIXEIRA, 1999), especialmente no caso de Guimarães, cuja estrutura resulta da articulação progressiva entre o núcleo do castelo, o burgo mercantil e as expansões extramuros.

Em ambos os casos, a cidade não decorre de um plano fundador geométrico, mas de um processo incremental de consolidação de caminhos e consolidação de frentes edificadas.

3 COMPARAÇÃO MORFOLÓGICA

A análise morfológica urbana constitui um instrumento fundamental para compreender os processos históricos, culturais e territoriais que moldam a configuração das cidades ao longo do tempo. Ao investigar elementos como traçado viário, parcelamento do solo, tipologias edíficas e relação com o relevo, é possível identificar permanências, transformações e singularidades que refletem diferentes contextos de formação e desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, a comparação entre Ouro Preto – Minas Gerais e Guimarães - Portugal, revela-se particularmente relevante. Ambas possuem centros históricos reconhecidos por seu valor patrimonial e cultural, além de apresentarem forte adaptação ao relevo e traçados urbanos marcados por períodos históricos distintos, mas interligados por processos coloniais e matrizes culturais comuns.

Assim, este tópico propõe uma análise comparativa das características morfológicas dessas duas cidades, buscando identificar convergências e divergências na organização espacial, na estrutura urbana e na relação entre forma construída e contexto natural, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas de formação urbana em contextos históricos distintos, porém culturalmente conectados.

Ao comparar Ouro Preto com Guimarães, observam-se convergências estruturais, demonstradas na Tabela 01:

Tabela 1. Comparação morfológica.

Elemento	Guimarães	Ouro Preto
Traçado	Irregular e incremental	Irregular e incremental
Sítio	Encosta articulada ao castelo	Espigões e vales mineradores
Parcelamento	Estreito e profundo	Estreito e profundo
Centralidade	Igrejas e praças medievais	Igrejas barrocas e largos
Crescimento	Sedimentação histórica	Justaposição de arraiais

Fonte: Autor, 2026.

A diferença principal reside na intensidade topográfica e na dispersão inicial dos núcleos mineradores em Ouro Preto.

3.1 Implantação em sítio acidentado: paralelos topográficos e traçado urbano

Tanto Ouro Preto quanto Guimarães apresentam forte condicionamento topográfico.

Em Guimarães, o núcleo medieval desenvolve-se em encosta articulada ao castelo, com ruas que acompanham declividades naturais. A relação entre cota alta (castelo e estruturas defensivas) e cota baixa (áreas comerciais) organiza o sistema urbano. O centro histórico de Guimarães, Figura 09, caracteriza-se por apresentar uma malha irregular, ruas estreitas e alongadas, conexões diagonais espontâneas e pequenas praças resultantes de alargamentos pontuais. A rede viária deriva de caminhos medievais, consolidando-se por justaposição.

Figura 9. Vista aérea de Guimarães, Portugal.

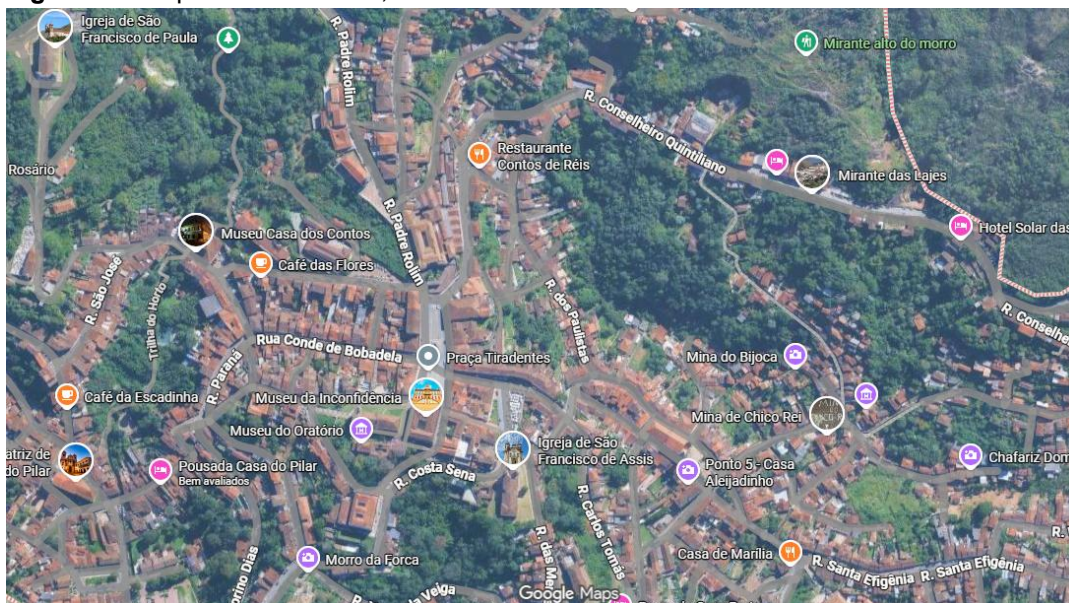


Fonte: Dreamstime, 2014.

Em Ouro Preto, a topografia é ainda mais dramática. A cidade estrutura-se ao longo de espigões e vales, formando eixo longitudinal sinuoso (Caminho Tronco³), demonstrado na Figura 10. A implantação acompanha rigorosamente as curvas do relevo, produzindo ruas inclinadas, perspectivas fechadas e sucessão de planos visuais. No caso de Ouro Preto, o traçado apresenta ramificações transversais adaptadas, ausência de quadriculamento e os largos associados a igrejas. A irregularidade do traçado ouro-pretano não indica ausência de ordem, mas expressão da mesma lógica vernacular observada em Guimarães.

³ O Caminho Velho da Estrada Real, também conhecido como Caminho do Ouro, é a rota histórica de 710 km que liga Ouro Preto a Paraty (RJ), estruturada no século XVI para o escoamento de ouro. É a principal rota turística de história e natureza, passando por cidades como Congonhas, Tiradentes e São João del Rei, com 586 km de terra.

Figura 10. Mapa de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Google Maps, 2026.

Em ambos os casos, a forma urbana não é imposta ao território, ela emerge da negociação com ele.

3.1.1 Hierarquia viária orgânica

O sistema viário ouro-pretano pode ser classificado em três níveis morfológicos demonstrados na Figura 11:

1. Vias estruturantes longitudinais — conectam núcleos principais e concentram funções administrativas e comerciais.
2. Vias transversais inclinadas — articulam encostas e vales.
3. Becos e passagens secundárias — atendem parcelamentos residenciais.

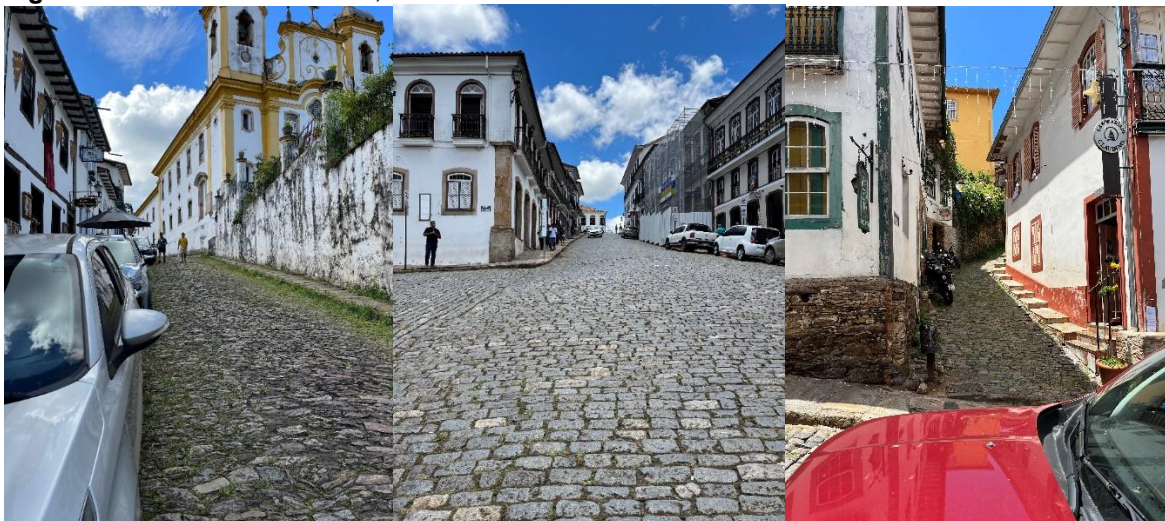
Essa hierarquia não é derivada de largura padronizada, mas de uma função e conectividade. A irregularidade geométrica não impede a existência de ordem sistêmica.

Teixeira (TEIXEIRA, 1999) demonstra que a cidade de origem portuguesa apresenta precisamente essa organização: ruas principais formadas pela consolidação de percursos estratégicos e rede secundária adaptada às condições locais.

Em Ouro Preto, Figura 11, a declividade extrema intensifica a diferenciação funcional das vias, reforçando a percepção de hierarquia espacial.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 11. Ruas de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

3.1.2 Sequência espacial e experiência do percurso

A experiência urbana em Ouro Preto é sequencial. O pedestre percorre ruas sinuosas que revelam gradualmente largos e igrejas.

Stael Costa (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) enfatiza que a forma urbana deve ser analisada também sob perspectiva perceptiva. A irregularidade do traçado gera ritmo espacial variado.

Em Guimarães, o percurso medieval também se organiza por sucessão de espaços comprimidos e alargamentos pontuais, como visto na Figura 12.

Figura 12. Rua medieval do centro histórico de Guimarães, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2015.

3.2 Parcelamento e relação edificação–rua

Nos dois casos, o parcelamento apresenta características convergentes como lotes estreitos e profundos, ocupação contínua da testada, fachadas alinhadas ao limite da rua e os quintais internos como espaços privados, que pode ser observado na Figura 13.

Figura 13. Rua estreita em Guimarães, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2016.

Essa configuração produz um tecido urbano compacto, onde o espaço público é claramente definido pela continuidade das fachadas, maximizando a ocupação da testada e definindo a continuidade do espaço público.

Em Ouro Preto, Figura 14, essa tipologia foi reinterpretada com adaptações construtivas locais (uso de pedra, taipa e madeira), mas manteve o princípio morfológico português de frente contínua. No centro histórico, a tipologia predominante é a casa urbana colonial luso-brasileira, caracterizada pela implantação no alinhamento da rua, dois pavimentos predominantes, apresenta um lote estreito e profundo, fachadas planas com composição simétrica simples e cobertura em duas águas com beiral.

Essa tipologia corresponde, em termos morfológicos, à casa urbana portuguesa dos séculos XVI e XVII, identificada por Manuel Teixeira como elemento constitutivo da cidade de origem portuguesa. A repetição dessa unidade construtiva ao longo das vias cria continuidade formal e reforça a definição do espaço público.

O parcelamento constitui elemento fundamental na leitura morfológica.

Figura 14. Rua de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

3.2.1 Continuidade das frentes edificadas

Um dos aspectos centrais da tradição urbana portuguesa é a ocupação contínua da testada do lote. A rua não é delimitada por afastamentos ou jardins frontais, mas por fachadas alinhadas. Em Ouro Preto, essa lógica é integralmente preservada. A sequência de fachadas define o espaço da rua como recinto linear, reforçando a noção de “espaço contido”, como na Figura 15.

Figura 15. Rua de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

Em Guimarães, observa-se na Figura 16 padrão semelhante nas ruas medievais do centro histórico. A continuidade das frentes cria coesão volumétrica e estabilidade visual.

Figura 16. Praça de São Tiago, Guimarães, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2015.

Essa característica diferencia a matriz portuguesa de tradições urbanísticas posteriores baseadas em recuos e espaços abertos frontais.

3.2.2 Escala e proporção

A escala das edificações em Ouro Preto mantém proporção relativamente homogênea. A predominância de dois pavimentos cria equilíbrio vertical e continuidade da linha de cornija.

Segundo Stael Costa (COSTA; NETTO, 2015), a homogeneidade tipológica fortalece a leitura morfológica do conjunto, mesmo quando o traçado é irregular.

Em Guimarães, embora haja maior diversidade cronológica, a escala predominante também é baixa, reforçando a continuidade da paisagem urbana, observada na Figura 17.

Figura 17. Praça São Tiago, Guimarães, Portugal.



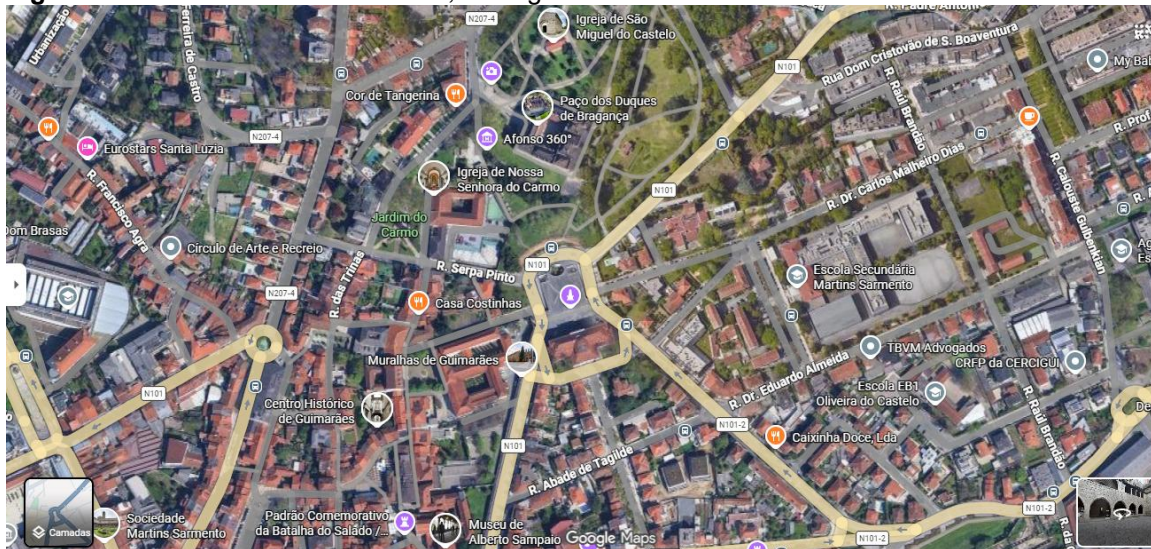
Fonte: Dreamstime, 2016.

PENSAR FORA DO EIXO

3.3 Hierarquia espacial e centralidades

Guimarães apresenta centralidade estruturada em torno de praças medievais e igrejas, apresentada na Figura 18, com diferenciação clara entre áreas de maior prestígio e zonas residenciais secundárias.

Figura 18. Vista aérea de Guimarães, Portugal.



Fonte: Google Maps, 2026.

De modo semelhante, em Ouro Preto, as igrejas ocupam pontos elevados e articulam largos que funcionam como núcleos estruturadores. A monumentalidade religiosa organiza a leitura da paisagem e estabelece hierarquias simbólicas. Os largos em Ouro Preto não são praças planejadas geometricamente; resultam de alargamentos espontâneos diante de igrejas ou da confluência de vias, como o Largo da Igreja de São Francisco de Assis, apresentado na Figura 19.

Figura 19. Largo da Igreja São Francisco de Assis, Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

Ambas as cidades revelam urbanismo no qual a centralidade não é geométrica, mas relacional e simbólica.

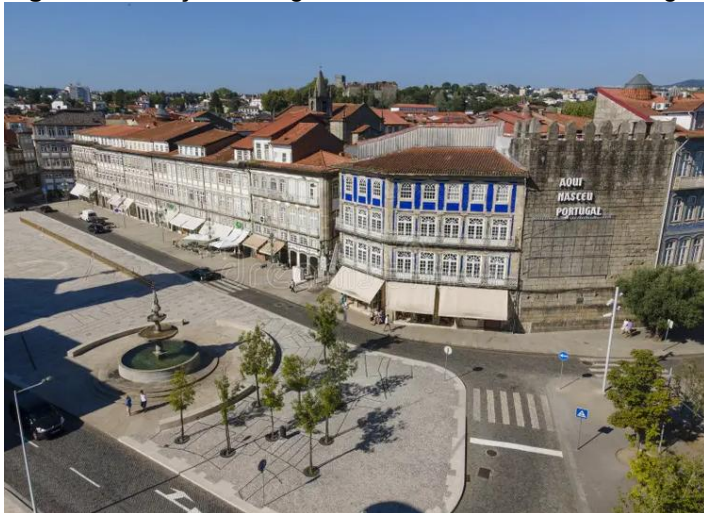
3.3.1 Largos como dispositivos morfológicos

Sob a perspectiva de Stael Costa (COSTA; NETTO, 2015), os espaços livres estruturam a forma urbana ao criar pontos de articulação na malha compacta.

Em Ouro Preto, os largos organizam a hierarquia espacial, criam pausas na sequência densa e estabelecem as centralidades religiosas.

Em Guimarães, as praças medievais, como a Praça do Largo do Toural, representada na Figura 20, desempenham função semelhante, surgindo como alargamentos diante de edifícios institucionais ou mercados.

Figura 20. Praça do Largo do Toural, Guimarães, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2016.

3.3.2 Centralidade religiosa

A cidade portuguesa caracteriza-se pela forte presença de marcos religiosos estruturadores. Teixeira (TEIXEIRA, 1999) enfatiza que igrejas e conventos funcionam como dispositivos de organização territorial, apresentados na Figura 21.

Figura 21. Vista da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Dreamstime, 2024.

Em Ouro Preto, a implantação das igrejas em cotas elevadas reforça essa centralidade. Elas não apenas estruturam a malha, mas organizam a paisagem urbana e o horizonte visual, mostrado na

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 22. Essa implantação permite um marco visual dominante, articula a topografia e a monumentalidade e organiza a espacialidade por referência simbólica.

Figura 22. Vista panorâmica de Ouro Preto, Minas Gerais.



Fonte: Autor, 2026.

A topografia acidentada intensifica a presença dessas edificações, criando cenários urbanos dinâmicos.

Em Guimarães, Figura 23, a centralidade religiosa também estrutura o tecido urbano. O conjunto formado por igrejas e edifícios institucionais organiza a malha medieval. Entretanto, em Ouro Preto, a dramaticidade topográfica e o barroco mineiro ampliam o impacto volumétrico dessas centralidades.

Figura 23. Vista aérea do Castelo de Guimarães e do Palácio dos Duques de Bragança, Guimarães, Portugal.



Fonte: Dreamstime, 2020.

A lógica morfológica, contudo, permanece coerente com a tradição portuguesa.

4 PERMANÊNCIA MORFOLÓGICA E CONTEMPORANEIDADE

No século XX, o declínio econômico foi sucedido pela redescoberta cultural e patrimonial da cidade. A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de 1937, marcou a institucionalização da política de preservação no Brasil. Ouro Preto tornou-se símbolo da identidade nacional vinculada ao barroco e à memória colonial.

Posteriormente, a inscrição como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980, reforçou sua projeção internacional. Esse reconhecimento transformou o centro histórico em ativo estratégico para o turismo cultural, inserindo-o em fluxos globais de visitação.

Entretanto, a patrimonialização também produziu tensões:

- Valorização imobiliária e pressão sobre moradores tradicionais;
- Transformação de imóveis residenciais em estabelecimentos comerciais;
- Regulamentações que limitam intervenções e impactam a vida cotidiana;
- Conflitos entre preservação formal e necessidades habitacionais contemporâneas.

A permanência do traçado colonial no centro histórico de Ouro Preto demonstra a resiliência do modelo vernacular português. Mesmo diante de transformações econômicas e pressões urbanísticas modernas, a estrutura viária e o parcelamento original mantiveram-se praticamente intactos.

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional contribuiu para preservar não apenas edificações isoladas, mas o conjunto morfológico. A integridade do traçado tornou-se elemento central na política de preservação.

Entretanto, a conservação formal convive com desafios contemporâneos: circulação de veículos em ruas estreitas, limitações à adaptação funcional das edificações e tensões entre uso residencial e turístico. Ainda assim, a matriz urbana setecentista continua estruturando as dinâmicas espaciais atuais.

Assim, o espaço histórico passa a ser produzido não apenas como memória, mas como mercadoria simbólica, evidenciando a articulação entre capital, Estado e cultura.

5 CONTINUIDADE MORFOLÓGICA E PERMANÊNCIA HISTÓRICA

O aspecto mais relevante da comparação reside na permanência do traçado original em ambos os casos. Apesar das transformações econômicas e tecnológicas, a estrutura morfológica básica foi preservada.

PENSAR FORA DO EIXO

No caso de Ouro Preto, a manutenção da malha colonial consolidou a cidade como exemplo singular de continuidade do urbanismo vernacular português no contexto americano. A permanência do traçado, do parcelamento e da relação edificação-rua confirma a força estruturante da matriz lusa. A análise desenvolvida ao longo das partes anteriores permite afirmar que Ouro Preto não constitui exceção dentro da tradição urbana portuguesa, mas sim uma de suas expressões coloniais mais complexas e intensas.

Conforme os pressupostos de Stael Costa (COSTA; NETTO, 2015), a forma urbana deve ser compreendida como estrutura histórica sedimentada. A permanência do traçado, do parcelamento e da tipologia em Ouro Preto demonstra a força de uma matriz morfológica que transcende o contexto europeu e se adapta ao território americano.

Essa matriz portuguesa caracteriza-se por crescimento incremental, traçado orgânico, hierarquia viária funcional, parcelamento estreito e profundo, continuidade das frentes edificadas e centralidade religiosa estruturadora.

Esses elementos estão plenamente presentes tanto em Guimarães quanto em Ouro Preto.

6 IMPLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA DO URBANISMO

A comparação entre Guimarães e Ouro Preto permite algumas conclusões relevantes para a história do urbanismo:

1. A cidade colonial brasileira não é simples reprodução formal da metrópole, mas adaptação estruturada.
2. A tradição portuguesa distingue-se da tradição hispânica por privilegiar crescimento incremental em vez de traçados geométricos normativos.
3. A morfologia urbana constitui instrumento analítico eficaz para compreender permanências históricas.
4. A forma urbana portuguesa demonstra capacidade de adaptação a diferentes contextos territoriais.

Ouro Preto consolida-se, assim, como exemplo paradigmático da cidade de origem portuguesa transplantada e transformada no contexto americano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise morfológica comparativa entre o centro histórico de Ouro Preto e o de Guimarães demonstra que a cidade mineira não representa ruptura, mas desdobramento coerente da tradição morfológica portuguesa.

PENSAR FORA DO EIXO

Os elementos convergentes — traçado orgânico, adaptação topográfica, parcelamento estreito, continuidade das fachadas e hierarquia simbólica — evidenciam a presença de uma matriz vernacular comum. Ouro Preto, contudo, radicaliza certas características devido à topografia extrema e ao contexto econômico da mineração.

Mais do que herança estática, essa morfologia permanece como estrutura ativa da cidade contemporânea. O traçado colonial continua organizando fluxos, usos e percepções, demonstrando que o modelo vernacular português não apenas fundou a cidade, mas segue moldando sua experiência urbana.

Conclui-se que a morfologia urbana colonial brasileira, longe de ser improvisada ou desordenada, constitui expressão consistente do urbanismo português, reinterpretado em novo território. A permanência dessa estrutura no tecido contemporâneo confirma sua capacidade de adaptação e sua relevância para a compreensão da formação urbana brasileira. A reinterpretação dos modelos urbanos portugueses permanece viva, tanto na materialidade do traçado quanto nas tensões sociais que configuram o espaço urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Senado Federal, 1907.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology: interpreting basic building**. Firenze: Alinea, 2001.

CONZEN, M. R. G.; CONZEN, Michael P. **Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998**. Bern: Peter Lang, 2005.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; GIMMLER NETTO, Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Edições ALVA; CIORD, 1997.

GUIMARÃES, Camila Ferreira; ALVES, Manoel Rodrigues. Ouro Preto, materialidades e espacialidades de sua paisagem. **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª série, número 17, p. 109-128. 2022.

FRANÇA, José Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

PENSAR FORA DO EIXO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975.

GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **A paisagem de Ouro Preto.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 2000.

LEMOS, Celina Borges; LOBATO, Paula de Souza Carmo. A formação da paisagem cultural de Ouro Preto, Minas Gerais: algumas características do processo de ocupação como constituintes da sua ambiência barroca. **Linguagens na arte.** Belo Horizonte, Revista UEMG, 2ª série, p.25-34. 2022.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **As primeiras vilas do ouro.** Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1962.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

MARX, Murillo de Azevedo. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. **Revista da FAU-USP**, São Paulo, n. 15, p. 389-393, 1992.

MELLO, Suzy de. **Barroco mineiro.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA.** Londrina, 2005.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: a dissolução da quadra.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

PARDINI, Herbert. **Caminhos antigos e paisagens imaginadas no termo de Ouro Preto em 1835.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

PORTAS, Nuno. **Algumas hipóteses sobre o urbanismo português nos Brasis.** Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

PORTAS, Nuno. **O tempo das formas nas cidades luso-brasileiras.** Braga: Universidade do Minho, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500-1720).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PENSAR FORA DO EIXO

- RUSSELL-WOOD, A. J. R.; BETHELL, Leslie. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c.1690-1750. **História da América Latina: América Latina colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 471-526.
- SALGADO, Marina. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ª edição, 2001.
- SITTE, Camillo. **Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen**. Basel: Birkhäuser, 2002.
- TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VASCONCELOS, Salomão de. Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, p. 171-232, 1955.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Garnier, 1948.
- VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.